

A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Cristian do Nascimento Botelho

Bacharel em Biblioteconomia (UFPE)

E-mail: cristianbiblio@gmail.com

RESUMO

Busca contribuir para a discussão sobre a formação do egresso em biblioteconomia em relação às bibliotecas comunitárias. É crescente o surgimento de bibliotecas comunitárias, resultado de ações individuais ou coletivas, que desempenham um papel importante no desenvolvimento individual e coletivo da localidade à qual pertencem. Porém, há uma escassez de disciplinas e discussões no curso de biblioteconomia da UFPE, que abordem o tema. Indaga-se a formação do bibliotecário traz conhecimentos no que diz respeito às bibliotecas comunitárias. A pesquisa utiliza o método exploratório e descritivo, e a técnica de coleta de dados deu-se através de questionário, em cinco bibliotecas da Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife. Aborda a importância da informação para sociedade, sobretudo através das bibliotecas públicas e escolares. Reflete sobre o conceito e sobre os desafios das bibliotecas comunitárias, sua atuação na formação de leitores e incidência nas políticas de leitura. Analisa o projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia da UFPE, visando a identificar lacunas que abordam o tema, e conclui que a biblioteca comunitária assume um papel importante na democratização da informação para a sociedade e que o curso de biblioteconomia deve proporcionar aos seus alunos maior conhecimento sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE

Informação para a Sociedade; Bibliotecas Comunitárias; Formação do Bibliotecário.

ABSTRACT

Seeks to contribute to the discussion on the formation of the graduates in Library Science in relation to community libraries. The emergence of these community libraries is something that has been increasing as a result of individual or collective actions, playing an important role in the individual and collective development of the locality to which it belongs. There are, however, a lack of disciplines and discussions that considerate these questions in the UFPE's course of Library Science. It is asked whether the training of the librarian prepares the professional in relation to these community libraries. The method used in this research is exploratory and descriptive, and the technique used for collecting data was made by a questionnaire, applied in five libraries of the Community Libraries Complex in the Metropolitan Area of Recife. It addresses to the importance of information to society, particularly through public libraries and school libraries. It reflects on the concept and challenges of community libraries and their role in the formation of readers and its impact on reading policy. It examines the pedagogical project of UFPE's Library Science course, in order to identify gaps that address. It concludes that the community library assumes an important role in the democratization of information for society and that the course of Library Science should provide to its students more knowledge about this topic.

KEYWORDS

Information for Society; Community Libraries; Librarian Training.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, presenciamos uma transformação social advinda do crescente acesso aos meios de comunicação e principalmente pela Internet. É a sociedade da informação, onde cada vez mais, os setores da sociedade percebem que a informação é poder, que a construção do conhecimento pode ser transformada em capital social, cultural e até econômico. Porém, há de se considerar que o modelo social da atualidade é altamente excludente, e contribui cada vez mais para o acirramento das desigualdades sociais, econômicas e culturais e, conseqüentemente, informacionais.

A partir disso, é indiscutível a importância das bibliotecas para a disseminação de informações e construção do conhecimento para o desenvolvimento social, promovendo assim, a inclusão cultural nos diversos níveis. Sendo assim, caberia às bibliotecas públicas, estaduais, municipais e escolares assumirem tal protagonismo, unindo o fortalecimento da educação ao acesso livre à informação para toda a sociedade. Sendo o número de bibliotecas públicas e escolares, por omissão do poder público, insuficiente para suprir as necessidades de informação e cultura, surgem cada vez mais iniciativas visando a criação de bibliotecas comunitárias, sobretudo nos bairros de periferia. A carência de espaços públicos e as dificuldades de acesso ao livro e a leitura são fatores que levam à criação dessas bibliotecas.

Porém, tais iniciativas esbarram em inúmeras dificuldades e limitações. Como coloca Machado (2008), geralmente, as bibliotecas comunitárias nascem espontaneamente em bairros de periferia, por agentes individuais ou coletivos, com ou sem instrução formal, muitas vezes sem apoios institucionais. Isso torna sua sustentabilidade um desafio. Em geral, são criadas por pessoas que não estão vinculadas à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Poucas são aquelas iniciativas comunitárias que conseguem apoio de uma escola de Biblioteconomia. Atrelado a isso, está a escassez de discussões, reflexões e estudos sobre o assunto no curso de Biblioteconomia. Pretendemos refletir sobre o surgimento, objetivos e sustentabilidade das bibliotecas comunitárias. Sua relação com as políticas de leitura e sua contribuição para uma sociedade leitora e cidadã. Trazemos para o bibliotecário, enquanto agente social, a responsabilidade de encorajar este processo de mobilização popular, visto que há um distanciamento dos Bibliotecários no suporte e atuação neste cenário. Isso nos leva a traçar um olhar sobre o Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia da UFPE, visando melhor identificar conseqüências desta lacuna para a formação profissional do bibliotecário ao lidar com a realidade destas bibliotecas. Afinal, o profissional bibliotecário está preparado para encarar os desafios sociais das bibliotecas comunitárias?

Os estudos das contribuições sociais dessas bibliotecas na comunidade, a escassez de literatura, e principalmente como atuam os profissionais bibliotecários nesta área, são pouco problematizados nas disciplinas curriculares durante a graduação. Abrir espaço para se discutir o quanto a classe bibliotecária deve estar preparada para contribuir no desenvolvimento de uma sociedade leitora através de iniciativas comunitárias, pode dar luz ao curso de biblioteconomia em construir profissionais com consciente função política e social.

2 A INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

Desde os primórdios da civilização, a informação foi responsável pelo desenvolvimento humano e social. Atualmente, mais do que nunca, a capacidade de obter informação e gerar conhecimento é fator primordial na presente sociedade da informação. O avanço da tecnologia trouxe mudanças significativas no campo do conhecimento e da comunicação, principalmente, com o fenômeno da internet. Isso trouxe para as pessoas uma enorme capacidade de trocar informações e compartilhar dados. Segundo Borges (2000), a sociedade da informação, gradativamente, molda um novo indivíduo, onde a virtualização, cada vez mais presente no nosso cotidiano, cria novas relações, novos conhecimentos, novas maneiras de pensar e agir, ampliando assim as potencialidades humanas. Dessa forma, o poder da informação é transformador. Ela incide diretamente no desenvolvimento das pessoas através do acúmulo de saberes e pode ser utilizada para o fortalecimento de uma sociedade mais justa.

Sendo assim, as bibliotecas assumem um papel social fundamental como fonte de informações e saberes, oferecendo as ferramentas para o progresso e desenvolvimento da sociedade. São caracterizadas de acordo com as diferentes funções que desempenham, os tipos de públicos a que servem e os níveis de especialização de seus acervos. Podem ser identificadas como Bibliotecas Nacionais, Universitárias, Especializadas, Escolares, Públicas e/ou Populares e Comunitárias.

Desafios crescentes são impostos pelo sistema capitalista vigente, responsável pela crescente desigualdade social, onde grande parcela da população sofre com a injusta exclusão econômica, cultural e informacional. Dessa forma, levar informação a quem pouco tem acesso à ela, estreitando os laços entre a biblioteca e a comunidade, pode contribuir para o fortalecimento das potencialidades individuais e locais, através da educação e do conhecimento.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO, A LEITURA E A BIBLIOTECA

O primeiro órgão no país institucionalizado para assumir um papel de “disseminador, produtor e coordenador das políticas para as bibliotecas escolares e públicas” (CASTRO, 2003, p.68) foi o INL (Instituto Nacional do Livro). Após o período ditatorial, a partir da década de 80, algumas políticas na área cultural foram empreendidas, como a Lei nº 7.505 de 20 de junho de 1986 – Lei Sarney. Ficou conhecida como Lei Rouanet. Os incentivos pela Lei Rouanet podem ser concedidos por pessoa jurídica ou física, num limite de 4% do imposto de renda do valor devido para empresa e 6% para pessoa física.

Em 2003, durante a XIII reunião Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada na Bolívia, realizou-se uma importante mobilização em prol da leitura e da escrita no país. No Brasil, este movimento chamou-se Vivaleitura e instituiu 2005 como o ano Ibero-Americano de Leitura. Os Ministérios da Cultura e Educação, no dia 13 de maio de 2006, apresentaram o PNLL (Plano Nacional do Livro e da Leitura), fruto das resoluções iniciadas no movimento Vivaleitura. No seu site, o PNLL é definido como “um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país,

empreendidos pelo Estado (em âmbitos federal, estadual e municipal) e pela sociedade.” (PLANO..., 2010).

Percebemos então, o crescente número de iniciativas e avanços nas políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas nos últimos anos. Este cenário tem possibilitado que práticas sociais como bibliotecas comunitárias e espaços de leitura possam encontrar maiores oportunidades para desenvolverem seus trabalhos de acesso e incentivo à leitura no país. Porém, há uma responsabilidade de todos envolvidos com a questão em exercer o controle social sobre essas políticas e incidir para a criação de novas. Um exemplo da participação da sociedade na incidência de políticas públicas de leitura foi a sanção da Lei Municipal n. 17.600/2009 a qual é criada no Recife, a Política Municipal do Livro e de Incentivo à Leitura. Fruto do Fórum Pernambucano em Defesa do Livro, da Leitura e das Bibliotecas, fundado em 2006.

2.2 A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO DIFUSORA DA INFORMAÇÃO

A promoção do acesso ao livro e à leitura deve ser preocupação constante do Estado, que com a formulação de políticas específicas, contribui para a constituição de uma sociedade leitora. Há também um forte protagonismo das Bibliotecas Públicas e Escolares como principais contribuidoras para a democratização da informação.

Mediante tal responsabilidade, a Biblioteca Pública é fundamental para o desenvolvimento cultural, educacional e social na modernidade. Para Jesus (2007), ao procurar uma biblioteca pública, as pessoas deveriam encontrar um espaço para trocar idéias, discutir problemas, obter informações para a cidadania, trazer os familiares, fazer empréstimo, participar de debates e palestras, assistir filmes, colocar-se em contato com o mundo através da internet, educar-se, e principalmente ler livremente.

Como coloca Almeida Júnior (1997), as bibliotecas públicas deveriam estar contribuindo mais com as classes populares, fortalecendo-as com seus mecanismos de resistências, oferecendo condições para um aumento do seu grau de consciência cidadã, incentivando a aquisição de instrumentos que possam ser usados pela comunidade como arma contra a opressão.

Porém, há vários desafios para que os benefícios do acesso às bibliotecas públicas cheguem ao alcance da maioria da sociedade. Dificuldades estruturais, financeiras e poucas políticas para as bibliotecas, tornam seu número bastante reduzido para suprir as necessidades da população. De acordo com o primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, 8% dos Municípios Brasileiros não possuem Bibliotecas Públicas Municipais, 12% estão em processo de implantação e 1% em fase de reabertura. No Nordeste, 9% não possuem Bibliotecas Municipais, 25% estão em implantação e 2% em fase de reabertura. Em Pernambuco, 7% dos Municípios não possuem Bibliotecas Públicas Municipais, 6% estão em implantação e 1% em fase de reabertura (BRASIL, 2010).

2.3 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO

A biblioteca escolar traz consigo uma missão promissora. Seu principal objetivo seria o fortalecimento da educação formal e o desenvolvimento social e intelectual das pessoas, que munidas de uma base educacional de qualidade, estariam mais preparadas para vencer suas adversidades. Sendo assim, as

bibliotecas escolares serviriam como catalisadoras deste processo, onde informação e aprendizagem estariam inter-relacionadas.

Porém, as bibliotecas escolares também existem em quantidade e qualidade insuficiente para a demanda de alunos. Grande parte das escolas que possuem bibliotecas, não as torna dinâmicas e atrativas¹. Isto distancia cada vez mais a relação entre ensino e biblioteca. Sendo assim, uma escola sem biblioteca ou uma biblioteca sem uso ou inadequada, contribui com o descaso na educação, quando não oferece subsídios para o desenvolvimento da aprendizagem e formação pessoal e intelectual dos alunos. Como resultado desta crise, Fragoso (2002), aponta conseqüências como: a privação dos alunos em acessar materiais bibliográficos e outras fontes de informação; a escassez de práticas de incentivo à leitura, bem como a falta de acesso do próprio professor aos materiais didáticos. É esperado do governo, maior assistência às bibliotecas escolares e políticas educacionais para o país.

A lei nº 2.244 de 24 de maio de 2010, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou na Sociedade Bibliotecária e demais interessados no tema, a expectativa de uma mudança positiva na realidade das bibliotecas escolares do Brasil. Esta lei dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País.

Isso representa um avanço significativo na política para as bibliotecas escolares. É importante, no entanto, que haja a devida cobrança para efetivação da lei pela sociedade, sobretudo pelo segmento bibliotecário e seus órgãos competentes.

3 A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

Considerando a importância das bibliotecas de organismos estatais para a promoção da cidadania, através de serviços informacionais, culturais ou de fortalecimento à educação, quais seriam as viabilidades de se ter informação, leitura e cultura onde essas organizações públicas não se fazem presentes? É de conhecimento público que esses estabelecimentos se encontram geralmente em centros urbanos e em quantidade insuficiente para atender às demandas sociais do país, limitando o acesso à leitura, informação e cultura à grande maioria dos brasileiros. A escassez de bibliotecas públicas e escolares e o isolamento das comunidades marginais dos centros urbanos ao acesso às bibliotecas criam nas comunidades a necessidade da realização de uma ação social com a finalidade de oferecer maiores condições para o usufruto da informação, do livro, da leitura e da cultura.

Geralmente, as bibliotecas comunitárias surgem porque a população de alguma forma almeja transformar seu espaço, quase sempre marcado pela violência, jovens envolvidos com drogas, desemprego, precariedade nos serviços de saúde, educação e cultura. Levar informação através do livro, da leitura e atividades culturais a essas comunidades marcadas por privações de todos os níveis, é apontar um caminho diferente à marginalidade. É contribuir para o desenvolvimento pessoal do indivíduo e de uma comunidade mais próxima da cidadania. Para Rios, Duarte e Melo (1999), o acesso à informação é primordial para o indivíduo se tornar um cidadão, uma vez que o direito à informação antecede a prática de direitos humanos.

¹ Uma pesquisa realizada em 2010 por alunos de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco, intitulada “Bibliotecas Escolares e o uso das Tecnologias da Informação”, analisou o universo de 26 bibliotecas escolares na Região Metropolitana e interior do Estado e concluiu que as bibliotecas escolares ainda não estão preparadas para atender aos usuários digitais.

A biblioteca comunitária possuiria a mesma função da biblioteca pública, uma vez que pretende democratizar o acesso à informação e a cultura ao público geral da comunidade. Sendo assim, por que elas não são chamadas de bibliotecas públicas? Que diferença haveria entre uma e outra? Segundo Vieira (2007), há duas possibilidades de interpretação: a primeira é que a biblioteca pública é vista como a da elite desde a sua origem. É uma biblioteca onde, apesar de estar disposta à comunidade, ainda possui a imagem de receptora da classe intelectual e letrada. Em contraponto, a biblioteca comunitária é do povo, da classe mais pobre, da classe excluída socioeconômica e culturalmente. Outra interpretação é a da sua criação/gestão/destinação. As bibliotecas comunitárias seriam criadas e geridas pelas comunidades. Sua existência independeria da vontade do Governo. Sendo assim, o adjetivo “Comunitária” seria uma conquista pela cidadania da comunidade. É essa a atual concepção de biblioteca comunitária na sociedade, um organismo inserido na comunidade por seus membros, sendo grupos organizados ou indivíduos, visando atender às necessidades da própria comunidade. Para Machado (2009), outro fato a considerá-la diferente é sua atuação estar mais ligada à ação cultural, deixando a organização e tratamento da informação como preocupação secundária. Para a autora, essas características tornam-nas únicas e, se retiradas, destroem sua essência. A compreensão e interpretação dos problemas enfrentados pela comunidade e as possíveis soluções desses problemas, seriam também uma preocupação constante da biblioteca.

Dessa forma, ela pode trazer grande contribuição para o crescimento pessoal dos indivíduos, que encontram na biblioteca um espaço onde podem interagir com a diversidade de seu público; crianças, adolescentes, adultos e idosos “formando uma *rede de relacionamentos humanos*” (MADELLA, 2010, p.126, grifo nosso). Além de possibilitar o acesso ao livro, à revista, ao jornal, ao material escrito que eles não teriam sem a biblioteca, usufruindo assim de um bem cultural (livro) considerado caro. Muitas pessoas em uma comunidade periférica desconhecem diversos dispositivos culturais. Algumas nunca foram ao cinema, ao teatro, ao museu ou tiveram acesso à leitura e músicas de qualidade.

Outro fator importante é a contribuição das bibliotecas comunitárias como apoio à educação. Isso se dá pela grande procura do alunado escolar a essas bibliotecas, podendo assim encontrar um local de apoio às suas pesquisas escolares de complemento ao que é visto em sala de aula. Isto constitui fator importante, sobretudo nas comunidades distantes das bibliotecas públicas e que possuem escolas sem bibliotecas ou em condições inadequadas. Neste caso, a biblioteca comunitária pode encontrar um canal de diálogo com a escola, o que pode gerar bons frutos para ambas.

Vale ressaltar uma pesquisa realizada este ano pelo Instituto Ecofuturo e que será divulgada na íntegra em 2011, com o projeto Bibliotecas Comunitárias – Ler é Preciso. Este projeto visa a implantação de bibliotecas comunitárias, e de 2001 até o final de 2009, 78 bibliotecas novas já haviam sido criadas. A pesquisa mencionada mediu ao longo do quinquênio 2000-2005, em Pernambuco e na Bahia, o impacto que as bibliotecas do projeto tiveram no rendimento escolar de alunos moradores próximos às bibliotecas. Foi concluído que a “presença dessas bibliotecas elevou a taxa de aprovação das escolas no entorno em 4,0 pontos percentuais e reduziu a taxa de abandono em 2,6 pontos percentuais.” (BARROS, 2010).

Isto corrobora a importante contribuição que uma biblioteca comunitária pode proporcionar aos alunos de uma comunidade. Quando encontra apoio de uma biblioteca comunitária, o aluno pode sentir-se motivado ao

aperfeiçoamento de sua aprendizagem, melhorando seu rendimento e contribuindo com a diminuição do abandono escolar.

3.1 A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Se para as bibliotecas comunitárias, há uma maior relevância à ação cultural, outro fator, neste sentido, recebe forte notoriedade: a formação do leitor. É preocupação constante da maioria das bibliotecas comunitárias do país, criar e/ou incentivar o hábito da leitura. É no público infantil e juvenil que a construção do hábito de ler ocorre com maior facilidade, através da leitura e contação de histórias. “Geralmente, o ‘bom senso’ do adulto faz com que ele se recuse a aceitar e apreciar o entretenimento lúdico e imaginativo gerados pelas histórias (...)” (SILVA, 1998, p.10 apud EDUARDO, 2007, p.18). Embora, muitos adultos possam descobrir o gosto por ouvir e/ou contar histórias.

O ato de ler para o outro de forma a despertar seu gosto pela narrativa, é comumente chamado de *mediação de leitura*. Para Russo (2009), a atividade de mediação de leitura consiste em um ato de ler para crianças, jovens ou adultos, de uma maneira livre e prazerosa, que não exige do mediador grandes habilidades artísticas.

Considerando que, grande parte destas bibliotecas realiza a mediação de leitura em suas atividades e considera-a como prioridade, fica evidente a consciência de assim promover a função social da leitura. “Se a escritura se configura como um meio transmissor de informação, a leitura se configura como um meio de aquisição do que se passa ao redor do homem. A leitura é, portanto, um ato social, e como tal, uma questão pública.” (CALDIN, 2003).

Dessa forma, a mediação de leitura nas bibliotecas comunitárias constitui num poderoso instrumento na formação de leitores. Sabemos que nos bairros mais pobres, onde a população raramente tem acesso à cultura, intervir nesta realidade é primordial. Sobretudo, pela falta de acesso ao livro na infância da maioria das crianças em comunidades de periferia. Uma pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Pró-Livro, em uma população de 172.731.959 pessoas, intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”, mostrou que, “enquanto 52% dos leitores geralmente são ou eram presenteados com livros na infância, 85% dos não leitores nunca ganharam esse presente.” (AMORIM, 2008)

3.2 A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E SUA SUSTENTABILIDADE

Mediante a escassez de literatura sobre a sustentabilidade das bibliotecas comunitárias, traçamos algumas considerações a partir de Machado (2008), em sua Tese de Doutorado, intitulada “Bibliotecas Comunitárias como Prática Social no Brasil”. Neste trabalho, Machado analisa, sob vários aspectos, 29 experiências de bibliotecas comunitárias, em um universo de 350. A autora conclui que a participação coletiva e individual gera diversas articulações locais e são estas que garantem a sustentabilidade destas bibliotecas. Considerando que as bibliotecas surgem de uma ação individual ou de um movimento social, quando vão buscar apoiadores e recursos, esbarram no fator legal, diferentemente das bibliotecas que já nascem vinculadas a uma organização. Machado expõe que é neste momento que as bibliotecas comunitárias percebem a importância de constituírem-se como pessoa jurídica, através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Isso

possibilita que estas bibliotecas concorram a editais públicos, obtenham recursos através de projetos e consolidem maiores parcerias.

Um fenômeno recente e em crescimento constante no país, é a articulação em rede. As organizações, grupos e atores sociais estão percebendo a importância da colaboração e interação em redes sociais para a geração de capital social, e diversos setores da sociedade já reconhecem a importância da informação e do conhecimento para o desenvolvimento social. Para Marteleto e Silva (2004), capital social são as normas, instituições e relacionamentos compartilhados que possibilitam a cooperação entre diferentes grupos sociais e passam a ser um recurso da comunidade construído por suas redes de relações e parcerias. “As redes são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação.” (MARTELETO; SILVA, 2004, p.41).

Porém, é com o advento das tecnologias de comunicação que se utiliza este conceito de forma estratégica para a troca de informações e articulações entre grupos. Podem se constituir em redes virtuais e presenciais. Um exemplo de rede virtual é a Rede Brasil de Bibliotecas Comunitárias (RBBC). A partir desta rede virtual de relacionamentos, diversas pessoas interessadas em bibliotecas comunitárias, trocam informações importantes, fotos e vídeos de experiências entre diversas bibliotecas comunitárias do Brasil.

No Recife, um exemplo de articulação em rede presencial é a Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife. Atualmente, a Rede conta com oito Bibliotecas Comunitárias articuladas:

- Biblioteca Multicultural Nasedouro;
- Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiaries;
- Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura;
- Biblioteca CEPOMA (Centro de Educação Popular Mailde Araújo);
- Biblioteca Creche Lar Mei Mei;
- Biblioteca Popular do Coque;
- Biblioteca Comunitária Os Bravistas; e
- Biblioteca Però.

A articulação destas oito bibliotecas em Rede possibilita o fortalecimento mútuo entre elas na troca de informações, integração de atividades, mobilização para obtenção de recursos, troca de experiências e maior visibilidade na sociedade.

4 A BIBLIOTECONOMIA E O BIBLIOTECÁRIO

4.1 BREVE HISTÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

De acordo com Castro (2000), o marco inicial da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil ocorreu pela criação do primeiro curso no país pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro em 1911. Em 1922 o curso foi extinto e só foi reaberto onze anos depois com modificações curriculares e duração de dois anos. Neste período, a principal influência do curso vinha da França.

O segundo curso de Biblioteconomia brasileiro foi instituído em 1929 em São Paulo, pelo Instituto, hoje Faculdade, Mackenzie. Este curso marcou o início

da influência norte-americana. Em 1935 o curso foi encerrado. No ano posterior, o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo cria um novo curso com direção de Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo Rodrigues.

Em 1939, a Prefeitura Municipal de São Paulo retira seu apoio e o curso é fechado, sendo reaberto no ano posterior e passando a funcionar na Escola Livre de Sociologia e Política. Com o conhecimento da biblioteconomia centrado no Rio de Janeiro e em São Paulo, recebiam pessoas de todos os estados, que no retorno as suas localidades, abriam cursos e escolas. Assim, houve a descentralização, com a criação de novos cursos em Salvador, Porto Alegre, Recife e Manaus.

Na década de 60, com a regulamentação da profissão de bibliotecário, através da Lei nº 4.084 de 1962 e com dezoito cursos em funcionamento, cresce a necessidade de se estabelecer um currículo mínimo. De acordo com Oliveira, Carvalho e Souza (2009), com apoio da FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) e do Conselho Federal de Educação, criou-se o currículo mínimo para a biblioteconomia em 1962.

As escolas poderiam acrescentar outras disciplinas que, de acordo com Oliveira, Carvalho e Souza (2009), possibilitaria a partir da Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, configurar um currículo pleno. O segundo currículo mínimo ocorreu em 1982. No ano de sua implementação, em 1984, o currículo passa por modificações, determinando o período de quatro anos para o curso.

Nos anos 90, de acordo com Oliveira, Carvalho e Souza (2009), a biblioteconomia foi marcada por uma mudança de paradigma, do objeto “suporte” para a “informação”, juntamente com o advento de novas tecnologias, sobretudo a internet. Outro fator foi uma maior ênfase da presença dos usuários, que passam a ser considerados como a finalidade das bibliotecas. Nos anos 2000, é aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Biblioteconomia.

4.2 O BIBLIOTECÁRIO: HUMANISTA, TÉCNICO E PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

A primeira imagem historicamente reservada ao bibliotecário foi a de “humanista”. Para Silveira (2008), esses profissionais eram representados por pessoas cultas, tais como, poetas, filósofos, cientistas, religiosos e responsáveis pelo zelo e guarda de todo conhecimento mantido por uma biblioteca. Logo após esse período, a fase americana com as escolas de São Paulo viria, com sua ênfase técnica, habilitar o bibliotecário no “tratamento e organização de documentos” (GUIMARÃES, 1997, p.2).

Dessa forma, uma mudança no perfil do bibliotecário, de preservador do livro como bem cultural para organizador e disseminador do mesmo, foi significativa, porém não contribuiu para uma mudança de estigma social. Assim, o bibliotecário refletia ainda uma postura apolítica e pouco dinâmica. Com o surgimento de uma nova ordem social, marcada pela globalização e pelo crescimento das novas tecnologias nos fins dos anos 80 e início da década de 90, como cita Guimarães (1997), surge um novo conceito, o profissional da informação. A então mudança do objeto “suporte” para o objeto “informação” ganhou um grande impulso com o advento da internet, uma vez que a mesma revolucionou a maneira de lidar com o acesso, troca e armazenamento de dados. Como aborda Silveira (2008), o bibliotecário nesse contexto, além das funções já por ele atribuídas ligadas à biblioteca, adquiriu

um envolvimento significativo com as tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Atualmente, a biblioteconomia reúne esforços para adequar seus profissionais frente às demandas da presente sociedade da informação. Uma sociedade de mudanças e incertezas que impõe desafios, sobretudo uma resignificação da profissão, para uma atuação mais consciente de sua função social.

4.3 O BIBLIOTECÁRIO SOCIAL

O avanço das tecnologias da informação e comunicação trouxe grandes benefícios para a sociedade, uma vez que se mostra responsável pela democratização da informação. Porém, cabe refletir a natureza dessa democratização, considerando o excludente sistema capitalista no qual estamos inseridos. Dessa forma, será que as camadas populares mais desprovidas economicamente estão inseridas na sociedade da informação? Ou a camada beneficiada pelos avanços tecnológicos continua sendo uma minoria, privilegiada por sua condição econômica? Como ressalta Almeida Júnior (1997), a preocupação não diz respeito à tecnologia em si, porém para qual grupo social ela está dirigida. É fato que a sociedade da informação apresenta-se para as populações periféricas, como mais um tipo de exclusão a se somar às outras, uma vez que o acesso à informação através de bibliotecas e aparelhos culturais é de grave escassez, principalmente na promoção da inclusão digital.

A formação do bibliotecário deve estar direcionada para uma competência técnica, porém comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária. É neste sentido, que a formação acadêmica deva preparar bibliotecários que, como catalisadores e disseminadores da informação, tenham consciência de que podem promover na sociedade elementos de fortalecimento da cidadania, considerando o conceito de cidadania além do conceito político-jurídico. Para Morigi, Vanz e Gadino (2002), a cidadania ultrapassa os direitos formais, sendo um modo de incorporação dos sujeitos e grupos no cenário social.

Diante disto, o fortalecimento da classe bibliotecária através dos movimentos associativos e, principalmente, através de seus cursos de graduação e pós-graduação pode conduzir a mudança de comportamento nos profissionais no sentido de um maior envolvimento com as questões sociais. Uma maior conscientização de que, além de satisfazer os usuários mais exigentes de uma biblioteca especializada, suas habilidades podem também enriquecer de informações o usuário de uma biblioteca comunitária. E que como profissional, ele pode estimular e fortalecer estas bibliotecas. E que pode e deve participar dos acontecimentos políticos referentes à sua área, sobretudo incidindo nas políticas do livro, leitura e bibliotecas. E, finalmente, promover o hábito da leitura e assim contribuir para uma sociedade leitora.

5 METODOLOGIA

Para alcançar os resultados, utilizamos a pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2000), a pesquisa descritiva analisa a frequência de ocorrência de um fenômeno, sua relação e conexão com outros, sua natureza e característica, sem manipulá-lo. E a exploratória visa o

aprimoramento de idéias, proporcionando maior familiaridade com o problema.

Pretendemos identificar as lacunas curriculares do curso de biblioteconomia da UFPE em relação às bibliotecas comunitárias e temas ligados a ela. Para se chegar a essas lacunas, comparamos a matriz curricular com as ações e necessidades dos gestores nas bibliotecas comunitárias. Sendo assim, utilizamos questionários para coletar as informações dos gestores das bibliotecas e a técnica de pesquisa documental no estudo do projeto pedagógico do curso.

5.1 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPE E AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

O curso de Biblioteconomia da então Universidade do Recife, atual UFPE, foi criado em 1950, primeiramente junto à Faculdade de Direito. Teve seu reconhecimento através do decreto n. 59.144 em 1966. Passa a integrar o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 1968 e a partir de 1975 integra o Centro de Artes e Comunicação. Desde 1998 passou a se chamar Departamento de Ciência da Informação.

Seu projeto pedagógico vigente, edição de 2002, reconhece no atual currículo do curso, um maior número de créditos para as disciplinas técnicas, ultrapassando os créditos das disciplinas culturais, “revelando a permanência do direcionamento para a dimensão técnica da profissão, com a consequente perda de perspectiva de profissão social” (UNIVERSIDADE..., 2002, p.1). Neste sentido, o projeto pedagógico do curso caminha para uma reorientação contínua, de forma a atender as características sociais da atualidade. No que se refere às bibliotecas comunitárias, procuramos comparar as habilidades e conhecimentos que o curso deve desenvolver no aluno, com as habilidades e conhecimentos listados por gestores de cinco bibliotecas comunitárias, sendo elas: Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura; Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiars; Biblioteca Multicultural Nascedouro; Biblioteca do CEPOMA e Biblioteca do Lar Mei Mei. E assim, pudemos evidenciar temas e aspectos que podem vir a ser trabalhados no curso. De acordo com o Projeto Pedagógico, o curso deve desenvolver conhecimentos para compreender:

Concepções filosóficas sobre o conhecimento; Contexto sócio-político e econômico; Papel político, social, econômico e cultural da informação; Paradigmas da comunicação da informação; gerência de recursos e serviços informacionais; técnica de organização dos registros do conhecimento; tecnologia para geração, transferência e uso da informação (UNIVERSIDADE..., 2002, p.8, grifo nosso).

E habilidades para desenvolver:

Sistemas e serviços de documentação e informação; técnicas de coleta, tratamento, recuperação e disseminação da informação em diferentes suportes; produtos com base em tecnologias da informação; atividades profissionais autônomas; interação com profissionais e equipes multidisciplinares; ações pedagógicas direcionadas a demandas sociais de

informação; atividades de pesquisa no âmbito da geração – uso da informação –; ações de acesso/uso da informação pelos diversos segmentos da sociedade (UNIVERSIDADE..., 2002, p.8, grifo nosso).

As habilidades e conhecimentos listados pelos gestores das bibliotecas comunitárias foram:

- Ter um bom relacionamento com a comunidade;
- Trabalhar em equipe;
- Possuir boa comunicação interna e externa;
- Articular-se em rede;
- Participar de fóruns de leitura;
- Realizar ou proporcionar mediação de leitura;
- Administrar e organizar a biblioteca;
- Elaborar relatórios de planejamento e avaliação;
- Elaborar, avaliar e executar projetos.

Pedimos também para que comentassem sobre as ações realizadas para a formação de leitores. As atividades mais frequentes foram:

- Contações de histórias na praça;
- Oficinas de mediadores de leitura;
- Rodas de leitura;
- Mala de leitura;
- Mediação de leitura nas escolas;
- Roda de leitura com gestantes e famílias;
- Semana temática de leitura.

E finalmente, que comentassem sobre a importância da atuação das bibliotecas nas políticas de leitura e informação. Os principais fatores foram:

- Maior controle do poder público para políticas de leitura;
- Participação da sociedade nas ações voltadas para a leitura;
- Participação na formulação da Lei do Livro do Recife;
- Participação na Formulação do Plano Municipal do Livro do Recife;
- Maior controle social dos recursos para o livro e leitura;
- Promoção da democratização do conhecimento.

6 ANÁLISE DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UFPE divide o conjunto de disciplinas obrigatórias em seis áreas, sendo elas: 1- Fundamentos de Ciência da Informação; 2- Organização e Tratamento da Informação; 3- Recursos e Serviços de Informação; 4- Gestão de Serviços de Informação; 5- Tecnologia da Informação; 6- Pesquisa.

Identificamos, através do Projeto Pedagógico, que nenhuma destas áreas, com suas respectivas disciplinas, nem as disciplinas eletivas, abordam as bibliotecas comunitárias. Com isso, consideramos importante a inclusão das

bibliotecas comunitárias no currículo, como mais uma tipologia de biblioteca, considerando seus desafios e, sobretudo, sua função social.

Estabelecendo uma comparação entre os conhecimentos para compreender o “papel político, social, econômico e cultural da informação”, com as habilidades e conhecimentos dos gestores das bibliotecas comunitárias, percebemos a importância de uma abordagem no curso, sobre as políticas públicas de informação, sobretudo as políticas do livro, leitura e bibliotecas. Faz-se necessário para o aluno, compreender o papel do Estado na formulação de políticas de informação, sobretudo políticas de fomento à leitura. Compreender também, como a sociedade, exercendo sua cidadania, pode contribuir no controle e monitoramento destas políticas.

Em relação à habilidade para desenvolver “ações pedagógicas direcionadas a demandas sociais de informação”, notamos que, nas bibliotecas comunitárias, a formação de leitores constitui uma ação prioritária, realizando ações através da mediação da leitura.

É importante que o curso aborde a dimensão transformadora da leitura, não apenas individualmente, mas também a mediada. Por meio da mediação, a leitura se mostra como um processo de socialização e desenvolvimento de crianças e jovens, sobretudo os das classes populares.

No que diz respeito à habilidade para desenvolver “ações de acesso/uso da informação pelos diversos segmentos da sociedade”, é importante observar para que segmento social tenha sido desenvolvido ações de acesso/uso da informação pelos bibliotecários. Há, nas camadas econômicas mais baixas da sociedade, uma forte ausência de ações de democratização da informação realizadas por profissionais da área de Biblioteconomia. No entanto, no caso das bibliotecas comunitárias, outros profissionais têm se envolvido com estas ações. Nas cinco bibliotecas pesquisadas, identificamos profissionais das áreas de jornalismo, sociologia, pedagogia, filosofia, serviço social, administração, magistério, além de estudantes do ensino médio. Isto reflete o quanto a classe bibliotecária está distante destas iniciativas comunitárias.

Percebemos então, que a informação constitui um fator primordial no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Assim, a importância das bibliotecas como difusora da informação é inegável, sobretudo na atual sociedade da informação. A Biblioteca Pública representa um ator decisivo na disseminação da informação para diversos segmentos da sociedade. A biblioteca escolar, uma grande colaboradora da educação, fator decisivo para o progresso do País. O fortalecimento desses organismos deveria ser preocupação constante do Estado. Porém, a realidade é bem diferente. As bibliotecas escolares estão escassas, e as que existem, quase sempre se reduzem a depósitos de livros. As bibliotecas públicas, em quantidade reduzida para as necessidades da sociedade, não conseguem chegar às comunidades mais afastadas de seu eixo.

É neste sentido que a prática das bibliotecas comunitárias deve ser fortalecida e seu trabalho evidenciado. Pois, além de levar informação há quem pouco tem acesso a ela, as bibliotecas comunitárias podem transformar a vida de jovens que até então só tinham como perspectiva um mundo de desigualdade e violência. O curso de Biblioteconomia pode dar uma grande contribuição social, aproximando a classe biblioteconômica dessas práticas comunitárias. E assim, proporcionar ao discente ter uma visão crítica acerca de seus deveres para com a sociedade. De acordo com Morigi, Vanz e Galdino (2002), a realização dos procedimentos técnicos na Biblioteconomia (classificar, catalogar, indexar), embora importantes, não basta. O bibliotecário precisa ir além destas atividades técnicas e buscar elementos que fortaleçam seu papel social. Proporcionar maior discussão sobre as bibliotecas comunitárias

durante a graduação é contribuir para o fortalecimento de uma prática social crescente e comprometida com a cidadania. E, sobretudo, dar a oportunidade para o aluno de biblioteconomia conhecer mais um tipo de biblioteca, tão envolvida com a promoção da leitura, com a difusão cultural e, principalmente, com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo: Polis: A.P. B, 1997.

AMORIM, G. (Coord.) *Retratos da leitura no Brasil*. [São Paulo]: Instituto Pró-Livro, 2008.

BARROS, R. et al. *Avaliação da magnitude do impacto do projeto Bibliotecas Comunitárias: ler é preciso*. São Paulo: [s.n.], 2010.

BORGES, M. A. G. A compreensão da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652000000300003&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 20 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacionaldasbibliotecaspublicas-municipais/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CALDIN, C. F. Função Social da leitura e literatura infantil. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 8, n. 15, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/100>>. Acesso em: 22 out. 2010.

CASTRO, C. A. Ensino e biblioteca: diálogo possível. *Transinformação*, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan/abr. 2003. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=2#Artigos>>. Acesso em: 20 set. 2010.

CASTRO, C. A. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

EDUARDO, S. G. *A marca individual do contador de histórias*. 2007. 58f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2010.

FRAGOSO, G. M. Biblioteca na escola. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/380>>. Acesso em 22 out. 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, J. A. C. Moderno Profissional da Informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, v. 9, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?ddo=0000000248&dd1=4af24>>. Acesso em: 25 out, 2010.

JESUS, M. S. de. Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia. Salvador: CEPOM, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.Ufba.br/7cinform/soac/papers/41d630061c75a5256dde4897e527.pdf>> Acesso em: 26 out. 2010.

MACHADO, E. C. *Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=195&layout=abstract>>. Acesso em: 22 out. 2010.

MADELLA, R. *Bibliotecas comunitárias: espaço de interação social e desenvolvimento pessoal*. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. e. Redes e capital social: enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So100-19652004000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2010.

MORIGI, V. J.; VANZ, S. A. de S.; GALDINO, K. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/390>>. Acesso em: 25 out. 2010.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3754>>. Acesso em: 25 out. 2010.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA. Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

RIOS, G. S. L.; DUARTE, E. N.; MELO, D. G. P. de. Informação para mudança social. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 9, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/422>>. Acesso em: 23 out. 2010.

RUSSO, M. Leitura, o resgate dos bibliotecários. *Revista Educação*, ano 13, n. 150, 2009. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/revista.asp?edicao=Edi%E7%E3%20150>>. Acesso em: 22 out. 2010.

SILVEIRA, F. J. N. da. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “moderno profissional da informação”. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 83-94, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1873>>. Acesso em: 25 out. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Projeto Pedagógico: Curso de Graduação em Biblioteconomia*. Recife: [s.n.], 2002.

VIEIRA, H. M. *Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte: atores em cena*. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Como citar este artigo:

BOTELHO, Cristian do Nascimento. A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitárias. **Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v. 1, n. 1, p. 50-64, 2012.

Artigo recebido em 14 de julho de 2011.
Artigo aprovado em 14 de fevereiro de 2012.